



ACÓRDÃO Nº721/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11958/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB/Tabatinga.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Waldeclace Batista dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Livia Rocha Brito - 6474 e Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1645/2023-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB/Tabatinga. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FUNDEB/Tabatinga, referente ao exercício de 2021, sob responsabilidade do **Sr. Waldeclace Batista dos Santos**, Gestor e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 22, II, da Lei nº 2.423/1996, combinado com o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Waldeclace Batista dos Santos**, Gestor e Ordenador do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FUNDEB/Tabatinga, referente ao exercício de 2021, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil seiscentos e cinquenta e quatro mil reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, VII, da Lei n.º 2.423/96-TCE/AM,



ACÓRDÃO Nº721/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

alterada pela Lei Complementar n.º 04/2020 - TCE/AM, c/c o art. 308, VII, da Resolução n.º 04/2018 – TCE/AM, conforme os itens 1, 2, 3, 5, 6 e 7 da fundamentação deste Voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30(trinta) dias** para o Cofre Estadual através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, sob o código “5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Recomendar ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB/Tabatinga para que as futuras Prestações de Contas:

10.3.1. Em caso reformas de prédios públicos ou novas construções observem a Lei n.º 10.098/2000, em seu art. 3º e 11 e a NBR 9050/2020;

10.3.2. Apresente a emissão do Termo de Recebimento Provisório e Definitivo, em atenção ao art. 73 da Lei n.º 8.666/93;

10.3.3. Sejam realizados nas obras e serviços de engenharia o registro de imagens datadas em meio impresso ou eletrônico, do local e dos serviços, conforme Art. 2º, II, i da Resolução 27/2012 – TCE/AM;

10.3.4. Mantenha seu Portal da Transparência devidamente atualizado, com divulgação em tempo real das informações de interesse coletivo ou geral, conforme dispõe o art. 8º, § 2º e 4º da Lei n.º 12.527/2012;

10.4. Dar ciência ao **Sr. Waldeclace Batista dos Santos**, por meio de seus representantes legais, acerca do teor da decisão;

10.5. Arquivar os autos, após expirados os prazos legais.

11- Ata: 13ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 25 de Abril de 2023

13- Especificação do quórum: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos



ACÓRDÃO Nº721/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral